



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO  
IPREVI – 21/04/2021.

Na data de vinte e um de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, deu-se início a 4ª (quarta) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CD/004/2021 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Cíntia Quartim Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Juliana de Melo Rosa, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa, Richard de Souza Queiroz e Valdirene Rocha. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Março e Primeiro Trimestre/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Março/2021; c) Relatório Simplificado de Gestão Março/2021; d) Balancete do mês de Março/2021; e) Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal; f) Relatórios de Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial; g) Relatório Mensal de Controle Interno; h) Relatório das Contribuições Previdenciárias devidas e repassadas: Março/2021; i) Relatório de Compensações Previdenciárias: Março/2021; j) outros. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, abrindo a pauta com o relatório Nossa Visão, que utilizou para contextualizar os resultados obtidos e apresentados no Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência – Março/2021. Esse último apresentou um valor global de R\$ 155.686.081,26 (cento e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitenta e um reais e vinte e seis centavos), resultado de uma rentabilidade positiva de R\$ 2.053.390,16 (dois milhões, cinquenta e três mil, trezentos e noventa reais e dezesseis centavos). Logo, até o fechamento de março, o IPREVI obteve um retorno acumulado no exercício de menos R\$ 1.865.776,48 (um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Ao prosseguir para o Relatório

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AAM', 'M. C. Maia', and 'R. de Souza'.*

Mensal da consultoria, foi verificado que o retorno no mês foi de 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento) face a uma meta para o mês de 1,44% (um vírgula quarenta e quatro por cento). Nesse sentido, o retorno acumulado até o momento foi de menos 1,21% (um vírgula vinte e um por cento) face uma meta acumulada para o primeiro trimestre de 3,42% (três vírgula quarenta e dois por cento), havendo, portanto, um gap acumulado de menos 35,52% (trinta e cinco vírgula cinquenta e dois por cento). Na discussão acerca das Movimentações Financeiras da Competência, foi demonstrado que no segmento de renda fixa, houve uma rentabilidade de 0,04% (zero vírgula zero quatro por cento) e um montante de retorno de R\$ 44.441,04 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quatro centavos), mediante as seguintes especificações: Curto prazo - alocação de 3% (três por cento) da carteira, três fundos com rentabilidade positiva, dois com rentabilidade negativa; Médio prazo - alocação de 25,21% (vinte e cinco vírgula vinte e um por cento) da carteira, todos os cinco fundos com rentabilidade positiva; Longo prazo - alocação de 9,84% (nove vírgula oitenta e quatro por cento), cinco fundos com rentabilidade negativa e um com rentabilidade positiva; Gestão Duration - alocação de 26,15% (vinte seis vírgula quinze por cento) da carteira, dois fundos com rentabilidade positiva e um com negativa. No tocante aos resultados de renda variável, a rentabilidade de 3,76% (três vírgula setenta e seis por cento), representando um retorno de R\$ 1.966.595,03 (um milhão, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e três centavos), com as seguintes especificações: Ações - alocação de 23,76% (vinte e três vírgula setenta e seis por cento) e todos os treze fundos da categoria com rentabilidade positiva; Multimercado - alocação de 8,91% (oito vírgula noventa e um por cento) da carteira e os cinco fundos com rentabilidade positiva; Fundo Imobiliário - alocação de 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) da carteira e rentabilidade positiva do fundo. Quanto aos ativos no exterior, a rentabilidade dos dois fundos foi positiva, representando uma rentabilidade de 1,41% (um vírgula quarenta e um por cento) e um retorno de R\$ 42.354,08 (quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos). No tocante aos fundos para alocação Taxa de Administração, ambos de curto prazo, houve o retorno de R\$ 9.798,34 (nove mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos) e uma rentabilidade de 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco

Liú

*[Handwritten signatures and initials]*

pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 20.906.673,64 (vinte milhões, novecentos e seis mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 7.967.568,31 (sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 49.791.259,54 (quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 11.437.391,23 (onze milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e três centavos). Em prosseguimento, foi feita a exposição do Relatório de Contribuições Repassadas referentes ao mês de março, nesse foi demonstrado que o montante total devido de Contribuições Patronais e dos Servidores pelas Entidades Patrocinadoras foi R\$ 1.274.046,48 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), enquanto que os valores repassados até a presente data totalizam um montante de R\$ 1.166.442,35 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos). Não foi identificado, portanto, o repasse de R\$ 107.604,13 (cento e sete mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos) referentes ao Patronal da Secretaria de Saúde, valor esse que será cobrado em ofício. Logo após, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Março/2021, no qual se demonstrou que as receitas e despesas fecharam em R\$ 161.111.123,32 (cento e sessenta e um milhões, cento e onze mil, cento e vinte e três reais e trinta e dois centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. Em continuidade, foi apresentado aos conselheiros um Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração de 2021, elaborado pela Controladora do IPREVI, Carolina

*Carolina*  
*[Handwritten signatures and initials]*

Tavares Lima, que passará a ser apresentado mensalmente. Nesse, foi demonstrado que até o mês de março foram utilizados R\$ 149.687,47 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos) para custeio de despesas administrativas, e R\$ 187.044,17 (cento e oitenta e sete mil, quarenta e quatro reais e dezessete centavos) para o pagamento da folha. Assim, foram utilizados, até o fechamento de março, R\$ 336.731,64 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) do montante total de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinquenta e seis centavos) da Taxa de Administração, havendo um saldo atual de R\$ 1.274.328,92 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte oito reais e noventa e dois centavos) para os nove meses restantes do exercício. Em seguida, foi feita a apresentação do Relatório do Controle Interno do 1º Trimestre de 2021, o mesmo apresentou como pontos observados: Taxa de Administração do exercício e reserva para construção da sede; Repasses Previdenciários contabilizados até o mês de Março; Principais resultados da Avaliação Atuarial data-base 31/12/2020; Dispêndios com Folha de Pagamento; Certificado de Regularidade Previdenciária; Resultados de Investimentos no período; Quantidade de reuniões, datas, pautas e composição dos órgãos colegiados; Aposentadorias (07) e Pensões (00) concedidos no período; Atos de pessoal realizados até o momento; Valores de compensação previdenciária obtidos; e por fim, as Conclusões Finais. Nessas últimas, a Controladora atestou que os procedimentos realizados se encontravam em conformidade com os dispositivos legais vigentes, bem como com os mapeamentos e manuais internos da Autarquia. Quando da menção dos resultados da Avaliação Atuarial, a Diretora Presidente informou aos conselheiros que será marcada uma reunião específica para apresentação da mesma pelo atuário contratado para sua elaboração. Após a finalização do relatório, a Diretora Presidente trouxe aos conselheiros presentes um fato apurado pela Instituição na data de doze de março de 2021 e que foi relatado aos membros do Comitê na reunião do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, aonde no fechamento dos saldos bancários do mês de fevereiro, não houve a identificação de um resgate de R\$ 34.785,00 (trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais) de um fundo da Caixa Econômica, resgate esse que não

Lu

por cento). Quanto aos recursos financeiros, 64,18% (sessenta e quatro vírgula dezoito por cento) foram alocados em fundos de renda fixa, 33,91% (trinta e três vírgula noventa e um por cento) em fundos de renda variável, 1,90% (um vírgula noventa por cento) em ativos do exterior e 0,00% (zero por cento) em DAV, totalizando R\$ 159.874.800,79 (cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos reais e setenta e nove centavos). Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 35,94% (trinta e cinco vírgula noventa e quatro por cento), Banco do Brasil, 18,17% (dezoito vírgula dezessete por cento), e Banco Itaú, 10,60% (dez vírgula sessenta por cento). Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Março/2021, que trouxe os dados pertinentes aos valores pagos em benefícios correspondentes à folha mensal de março, bem como à primeira parcela do 13º que foi adiantada no Município. Nesse sentido, de acordo com o relatório foram pagos na competência os valores devidos a 259 benefícios por aposentadoria e 107 benefícios por pensão por morte, totalizando 366 beneficiários. Benefícios custeados pelo IPREVI referentes à folha mensal: Aposentadoria – Valor: R\$ 361.368,14 (trezentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 112.947,52 (cento e doze mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI referente à folha mensal: R\$ 474.315,66 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos). Por parte da PMI foram pagos relativos à folha mensal: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Total Geral da Folha Mensal de Março: R\$ 555.333,88 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos). Benefícios custeados pelo IPREVI referentes à primeira parcela do 13º: Aposentadoria – Valor: R\$ 180.166,30 (cento e oitenta mil, cento e sessenta e seis reais e trinta centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 56.531,17 (cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e dezessete centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI referente à primeira parcela do 13º: R\$ 236.697,47 (duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e sete

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Handwritten initials]*

*[Handwritten initials]*

reais e quarenta e sete centavos). Por parte da PMI foram pagos pela primeira parcela do 13º: Aposentadoria – Valor: R\$ 24.205,54 (vinte e quatro mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 16.303,56 (dezesesseis mil, trezentos e três reais e cinquenta e seis centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI quanto à primeira parcela do 13º: R\$ 40.509,10 (quarenta mil, quinhentos e nove reais e dez centavos). Total Geral da Primeira Parcela do 13º: R\$ 277.206,57 (duzentos e setenta e sete mil, duzentos e seis reais e cinquenta e sete centavos). Total Geral custeado na Competência de Março: R\$835.540,45 (oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos). Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, verificou-se que na competência de março de 2021, a Instituição fez a gestão de 260 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria, uma evolução de seis aposentadorias a mais e onze novas pensões por morte quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior. Em seguida, foi apresentado o Relatório Mensal do Controle Interno referentes aos resultados do exercício de 2021. Nesse sentido, foi apresentado especificamente os dados relativos ao mês de março, no qual a aposentadoria por idade permanece sendo a categoria que concentra maior número de beneficiários, com 160 aposentados. Em seguida está a categoria de aposentadoria por incapacidade permanente, com quarenta e nove aposentados, tendo saído um beneficiário da folha. Não houveram evoluções nas categorias de aposentadoria por tempo de contribuição ou compulsória em relação ao mês anterior, permanecendo ambas com 37 e 13 beneficiários, respectivamente. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: um de aposentadoria, dois de certidão de tempo de contribuição e quinze administrativos, totalizando a abertura de dezoito processos na Autarquia durante o mês e setenta e três durante o exercício. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados todos os 24 beneficiários relativos ao mês de março. Após a finalização do relatório do Controle Interno, a Diretora Presidente falou dos resultados obtidos na Pesquisa de Satisfação que vem sendo divulgada nas redes sociais do Instituto, e pediu aos conselheiros que auxiliem essa publicidade para que possamos aprimorar os serviços a partir das respostas compiladas. Em seguida, foi abordado o andamento dos

di  
D. G. M. S.

W. M. S. U. @ A. M. S. @

constava dentre a documentação dos Offícios Bancários ou Autorizações de Aplicação ou Resgate encaminhados pela Autarquia às Instituições Financeiras. Assim, ao entrar em contato com a Instituição, foi apurado que a mesma recebeu um ofício fraudado e procedeu o referido resgate, valor esse que foi transferido a uma pessoa física. A Diretora Presidente relatou que após o reconhecimento do erro por parte do banco, foi realizada uma reunião junto ao Gerente da Agência do município que informou a devolução do valor integral resgatado acrescido da rentabilidade do fundo durante o período de tempo transcorrido entre o resgate e a devolução, R\$ 18,54 (dezoito reais e cinquenta e quatro centavos). A Diretora também informou que foi aberto um Processo Administrativo no Instituto para registro dos atos, no qual se encontra anexado o comprovante de devolução. Após apreciação do fato, os conselheiros solicitaram à Diretora Presidente que acompanhe junto à Instituição Financeira o andamento de investigação criminal, oficiando a Instituição Financeira da importância de informação a Autarquia do desdobramento da ação no que tange a apuração do fato. Por pedido dos conselheiros, o novo Procurador da Autarquia adentrou a chamada de vídeo e fez sua apresentação aos membros, que deram as boas-vindas ao mesmo. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Deliberativo manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 4ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

maria José Leite M. de Oliveira,  
Valdijane Rocha, Alessandra Arantes Marques,  
Richard de Sousa Chulavay, João  
Pelo João Júnior, Cintia Quartin Figueiredo,  
Gilda de Carvalho,  
Lafayette Bezerra dos Santos, Estelma Cassia da S.  
Alvim Elias,